

Texto de Apoio



ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Outubro 2010

FICHA TÉCNICA

Título: *O Seixal e a República: texto de apoio*

Coordenação: Jorge Raposo

Investigação e Texto: Fátima Afonso

Tratamento gráfico: Ecomuseu Municipal do Seixal

Créditos fotográficos: indicados junto às imagens utilizadas

Ilustração da capa: Luís Duarte de Barros

Edição: Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal do Seixal

Data: Outubro de 2010

(*) O presente texto visa fornecer elementos complementares de exposição com o mesmo título, de modo a facilitar a sua exploração pedagógica pelos professores de diferentes graus de ensino.

O Seixal e a República: texto de apoio

ÍNDICE

- 1. Introdução**
- 2. *Mandou-me procurar? – Passe cidadão***
- 3. O Concelho do Seixal na Transição dos séculos**
 - 3.1. O Concelho e as freguesias
 - 3.2. Os transportes e as comunicações
 - 3.3. As condições de habitação, a higiene e a salubridade
- 4. A população no Concelho do Seixal em 1911**
- 5. As actividades económicas no Concelho do Seixal**
 - 5.1. A agricultura
 - 5.2. A pesca
 - 5.3. A indústria
- 6. As condições de trabalho**
 - 6.1. Avaliação do trabalho de empreitada na indústria corticeira da margem Sul, em 1909
 - 6.2. Custo dos principais géneros alimentícios praticados na margem Sul, em 1909
- 7. A difusão do republicanismo no Concelho do Seixal**
 - 7.1. A popularização dos princípios republicanos
- 8. Da instrução ao exercício da cidadania**
- 9. As greves operárias e o movimento associativo em vésperas da revolução**
- 10. As lutas eleitorais: a esperança da renovação política pelo voto**
- 11. A revolução republicana na margem Sul**
- 12. Bibliografia de referência da exposição *O Seixal e a República***

1. Introdução

Conhecer os momentos mais significativos da implantação da República no Seixal, bem como os modos de vida da comunidade local e as condições de trabalho no concelho do Seixal que, na transição dos séculos XIX-XX – à semelhança do que sucedeu em outras povoações da Margem Sul do Estuário do Tejo –, concorreram para a adesão local ao republicanismo e às novas instituições, foram os principais propósitos da exposição itinerante *O Seixal e a República*.

Apesar da pesquisa privilegiar sobretudo acontecimentos ocorridos na antiga vila do Seixal, dado que enquanto sede do Município é particularmente referenciada nas várias fontes consultadas, procurámos integrar aspectos de contextualização que caracterizassem o Concelho e também pequenos apontamentos que fizessem referência às várias freguesias que o constituem, de modo a que os públicos que visitem a exposição – residentes em qualquer das freguesias – experimentem um sentimento de inclusão e de identificação com a mensagem que esta iniciativa pretende transmitir. Assim, numa primeira introdução ao tema, apresentamos artigos do correspondente local do jornal lisboeta *O Século*, onde é descrita a reacção dos populares nas freguesias de Seixal, de Amora e de Aldeia de Paio Pires (e indirectamente de Arrentela), face à mudança de regime político realizada nos dias 4 e 5 de Outubro de 1910. Este ambiente de festividade popular de rua apresenta-se sob a égide da senha utilizada pelos republicanos nas ruas de Lisboa durante a revolução, com a qual identificavam os seus correligionários: “Mandou-me procurar? – Passe cidadão”.

Numa época particularmente agitada da vida política, económica e social do país, a caracterização económica e social do Concelho permite-nos identificar e compreender os principais problemas enfrentados pela população do concelho do Seixal na transição dos séculos XIX-XX. Por outro lado, a implantação do Partido Republicano Português no território concelhio e as dinâmicas utilizadas na difusão dos princípios republicanos no concelho do Seixal, à semelhança do que foram, aliás, práticas

adoptadas um pouco por todo o país (a utilização de uma estratégia de difusão de ideias com uma actuação mais próxima dos interesses das populações, com grandes preocupações ao nível da instrução e da educação dos princípios cívicos, tendo como objectivo a preparação de um número cada vez maior de cidadãos para as lutas eleitorais, e o aproveitamento da insatisfação e da agitação social que se vivia para incitar ao repúdio do regime monárquico), permitem-nos uma melhor compreensão da adesão de uma certa elite cultural local e de estratos mais humildes da população do Município aos princípios republicanos e ao apoio da revolução de 5 de Outubro de 1910.

A preparação científica da exposição *O Seixal e a República* teve como ponto de partida o projecto de investigação sobre o tema que aprofundámos ao longo de 2009, bem como os resultados de pesquisas bibliográficas e de arquivo sobre história local (desenvolvidas anteriormente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal), cuja integração neste projecto expositivo nos pareceu pertinente e enriquecedora a nível da contextualização histórica da vida do Concelho.

Dada a quase inexistência de periódicos locais para este período – apenas o *Sul do Tejo* (1901-1902), o *Seixalense* (1902) e o *Correio do Seixal* (1913), de efémera existência –, recorreremos à consulta de vários jornais da capital: *O Século*, o *Diário de Notícias*, *A Vanguarda*, *O Mundo*, entre outros, dando especial atenção àqueles que sabemos terem tido a colaboração regular de correspondente local. Pontualmente, para documentar ou esclarecer questões muito específicas, recorreremos à pesquisa de outros periódicos – *Boletim do Trabalho Industrial*, *Actas e Diário da Câmara dos Pares do Reino*, *Actas e Diário da Câmara dos Deputados*.

De modo a facilitar a leitura e a interpretação dos pequenos extractos de artigos e textos citados na exposição, optámos por proceder à actualização da sua ortografia.

2. Mandou-me procurar?

Passe cidadão

Após os primeiros disparos dos navios de guerra ancorados no rio Tejo, começou a correr pela antiga vila do Seixal a notícia de ter rebentado uma revolução em Lisboa. À primeira hora da madrugada de terça-feira, dia 4 de Outubro, populares da vila armados dirigiram-se ao edifício da Câmara Municipal do Seixal, içaram a bandeira e proclamaram a República.

Ao longo do dia 4, devido à falta de notícias de Lisboa por não terem vindo dali jornais nem passageiros, nem ter havido comunicações telegráficas, as pessoas estavam ansiosas por saber o que se estava a passar na cidade.

A confirmação de que a República tinha triunfado chegou apenas no dia seguinte, 5 de Outubro de 1910.



O Largo da Igreja, no Seixal, em 1910, num período em que o contexto social e político levou a que a sua designação fosse temporariamente alterada para Praça da República. À esquerda da imagem o edifício da Câmara Municipal, onde se hasteou simbolicamente a bandeira republicana, às primeiras horas do dia 4 de Outubro de 1910.

Reprodução de postal ilustrado.

© EMS/CDI - Pb006386.

No Seixal...

No Seixal, logo que se tomou conhecimento que a revolução rebentara em Lisboa, saíram numerosos populares armados para a rua, erguendo vivas à República. Os manifestantes, depois de saberem que a Guarda Fiscal havia aderido ao movimento, encaminharam-se para o edifício da Câmara Municipal onde içaram a bandeira encarnada e verde, proclamando a República no meio de uma delirante manifestação de entusiasmo, ao mesmo tempo que se ouvia a Marselhesa.

Em seguida, dirigiram-se ao encontro de grupos de populares que vinham de Arrentela e de Amora, armados, trocando-se, nessa ocasião, vibrantes saudações entre os manifestantes.

Ao chegarem aos Paços do Concelho, certificaram-se de que a bandeira republicana fora tirada dali, vindo a saber-se que tinha sido tirada pelo Dr. Bernardino [Leite de Almeida] ou por qualquer seu emissário.

Os manifestantes seguiram imediatamente para casa do Dr. Bernardino, que lhes afirmou encontrar-se nova-

mente içada a bandeira, o que realmente tinha sucedido.

Na tarde de terça-feira os populares estiveram na administração e receberam, trazendo para a rua todos os documentos e livros que encontraram, deitando-lhes fogo.

As manifestações de regozijo têm continuado, no meio do maior frenesim, tendo desaparecido as autoridades.

Foi nomeada uma Junta Revolucionária.

O Século. Lisboa: [s.n.], 7-10-1910, p. 5.

Em Amora...

O povo, o herói de sempre, acolheu com entusiasmo o advento da República. Na Câmara Municipal acha-se hasteada a bandeira republicana. Nas fábricas, no dia do início do movimento [4 de Outubro], os operários que estavam trabalhando foram convidados a aderir a um grande número de manifestantes que percorreu o Concelho com a bandeira republicana à frente. Os operários saíram com entusiasmo, paralisando os trabalhos nessa ocasião. Aguardam ansiosamente resoluções do governo. Acaba de chegar um dos heróis da revolu-

ção, o Sr. Victorino Machado, dos eléctricos! A fábrica de garrafas recomeça hoje [dia 6 de Outubro] a laboração, o que é motivo para regozijo.

Ontem à noite, à luz de archotes, a Filarmónica Operária Amorense percorreu a localidade, acompanhada de numerosos populares, soltando entusiásticos vivas à pátria, República Portuguesa, regimento de Artilharia 1, Infantaria 16, marinha e exército, ao povo, etc. À frente da filarmónica marchava um popular, conduzindo a bandeira republicana.

À passagem da música e do povo, muitas pessoas se descobriram saudando a bandeira.

Projecta-se fazer uma manifestação ao 1.º cabo condutor n.º 31 da 1.ª bateria do heróico regimento de Artilharia 1, Clemente Juncal, daqui.

A manifestação decorreu com toda a ordem, não se tendo ouvido qualquer referência aos vencidos, pois se tinha feito expressa recomendação nesse sentido antes da saída. No cortejo incorporaram-se muitas mulheres, que imprimiram uma nota comovente à manifestação.

O Século. Lisboa: [s.n.], 8-10-1910, p. 4.

Em Aldeia de Paio Pires...

A notícia da proclamação da República foi recebida com grandes manifestações de simpatia.

Às 3 horas da tarde de ontem [5 de Outubro] saiu do Centro Feio Terenas, em direcção à Torre da Marinha, Seixal e Arrentela, grande número de populares com a bandeira daquela

agremiação desfraldada, acompanhados por alguns filarmónicos, que executaram a Marselhesa, sendo calorosamente ovacionados com vivas à República, à marinha, ao exército, etc.

À noite, a direcção do Centro Feio Terenas iluminou a sua fachada, em

sinal de regozijo, subindo ao ar um grande número de foguetes, tocando-se nessa ocasião a Marselhesa.

Durante os dias da Revolução, a estação telegráfica desta localidade esteve cheia de gente, que aguardava notícias de Lisboa.

O Século. Lisboa: [s.n.], 9-10-1910, p. 6.



O Concelho do Seixal na *Carta dos Arredores de Lisboa*, em 1904.

Reprodução de carta do Corpo do Estado Maior:

© EMS/CDI.

3. O concelho do Seixal na transição dos séculos XIX-XX

3.1. O Concelho e as freguesias

Em 1910, o Seixal era um concelho de 2ª ordem, fiscal de 4ª classe, sede de comarca de 3ª ordem (criada em 1899 e extinta em 1927), integrado na antiga província da Estremadura, no distrito e no patriarcado de Lisboa. Com a criação do distrito de Setúbal (1926), passaria a integrar aquele.

De acordo com o Código Administrativo de 1896, os corpos administrativos eram na altura os seguintes: no distrito, a Comissão Distrital; no concelho, a Câmara Municipal; e na freguesia, a Junta de Paróquia.

Com 6814 habitantes, o concelho abrangia, em 1910, quatro freguesias: Aldeia de Paio Pires, Amora (da qual fazia parte Corroios), Arrentela (abarcava Fernão Ferro) e Seixal.

3.2. Os transportes e as comunicações

No início do século XX, a Parceria dos Vapores Lisboenses tinha em funcionamento carreiras regulares de barcos a vapor para transporte de passageiros e mercadorias entre o Cais do Sodré (Lisboa) e Cacilhas, Aldeia Galega (actual Montijo) e Seixal.

À chegada dos vapores ao Seixal, os passageiros eram transportados por carros puxados a cavalo até às várias localidades do Concelho.

A partir de Cacilhas, a ligação com o Seixal encontrava-se garantida por carreiras diárias de carros-diligência da firma de Wenceslau e Manuel Silva, sedeadas em Almada:

Os Srs. Wenceslau & Irmão proprietários de carros de aluguer em Cacilhas, vão estabelecer todos os domingos e dias santificados, a partir do 4 do corrente uma carreira de char à bancs [carros-diligência] entre Cacilhas e Fernão Ferro, com estações intermediárias em Santa Marta de Corroios e Rio de Judeu.

O carro partirá de Cacilhas à hora do primeiro vapor de carreira, regressando à hora dos passageiros poderem alcançar o último dos referidos vapores.

Esta carreira é de grande utilidade especialmente para os amadores de caça, os quais poderão aproveitá-la para as suas excursões venatórias.

O Puritano. Almada: [s.n.], 01-11-1894, p.3.

Contudo, eram antigas as reclamações locais quanto à necessidade de realizar melhoramentos nas estradas e implementar outras vias de comunicação que facilitassem o acesso das matérias-primas e o escoamento mais eficaz e barato da produção.

A estrada de Cacilhas a Sesimbra, que é de uma importância excepcional, por isso que é por ela que vem a maior parte do peixe que abastece a cidade de Lisboa, está igualmente intransitável. [...] A meio da estrada a que me tenho referido de Cacilhas a Sesimbra e cuja extensão é aproximadamente de 8 léguas, existe um chafariz [...]. Esse chafariz abastecido por abundante água puríssima, era a providência de inúmeras pessoas que transitam nesta concorridíssima estrada.

O Puritano. Almada: [s.n.], 18-02-1892, p.1.

O prolongamento do caminho-de-ferro do Barreiro a Cacilhas encontrava-se então em construção e, com ele, perspectivava-se a transformação da antiga vila do Seixal num importante centro mercantil. Previa-se ainda a implantação de caminho-de-ferro por tracção eléctrica para a ligação entre Sesimbra e Seixal, por Azeitão.

Caminho-de-ferro de Cacilhas / Ligação Cacilhas-Barreiro: Até à margem direita do esteiro de Coina, o novo traçado segue em trincheira, indo depois em aterro, em terrenos dominados pelas marés, vindo a passar um pouco ao norte dos edifícios de Azinheira, passando os rios Coina e Seixal em dique com ponte móvel, por causa da navegação e seguindo perto da margem do Tejo até alcançar o extremo sul das barreiras do Alfeite, onde entra um pouco para logo se aproximar no sopé delas da linha do preia-mar.

O Puritano. Almada: [s.n.], 26-02-1903, p.2.

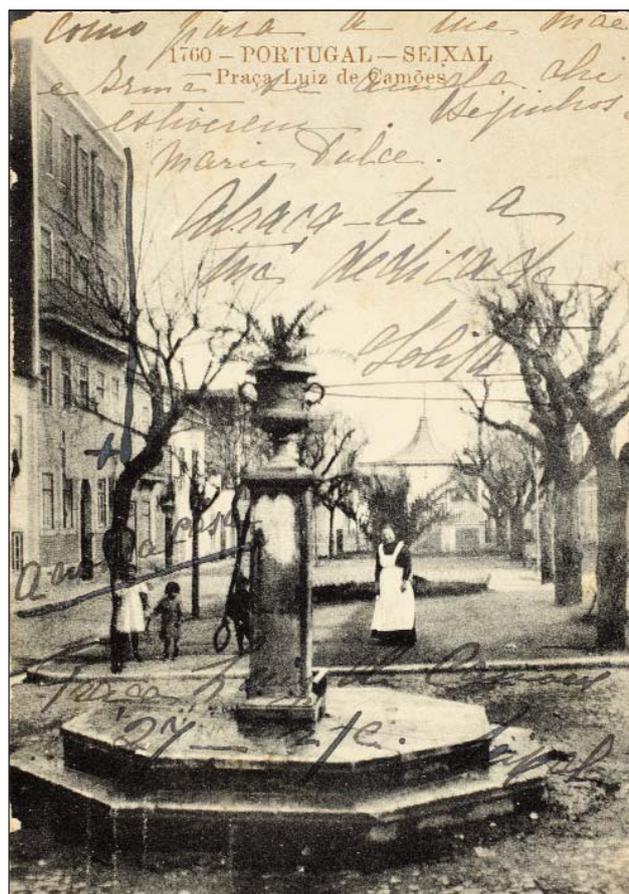
Visando a melhoria das comunicações, em 1878, a inauguração da estação telégrafo-postal do Seixal contou com o auxílio da Companhia de Lanifícios de Arrentela,

que adquiriu todo o mobiliário e o equipamento necessário ao seu funcionamento.

Em 1904, foi realizado um abaixo-assinado solicitando a implantação de uma rede telefónica que servisse o Concelho.

3.3. As condições de habitação, a higiene e a salubridade

Durante muito tempo, o abastecimento de água à população do Concelho efectuou-se através da construção camarária de poços, medida que se revelou pouco eficaz devido ao diminuto número de poços abertos (sabendo-se que a maioria das freguesias estava confinada a um único poço), à falta de obras de conservação dos mesmos e, por vezes, ao longo percurso a percorrer até ao poço da localidade.



Antigo fontanário da Praça Luís de Camões, no Seixal. Reprodução de postal ilustrado (EMS.2001.00023.00000).

© EMS/CDI - 09_AS730_001.

Na década de 1910, na antiga vila do Seixal, o abastecimento público era efectuado principalmente através do *Poço das Torneiras*, equipamento camarário que alimentava os quatro fontanários então existentes na vila. Porém, este poço era influenciado pelas marés que, frequentemente, faziam baixar o nível da água potável no seu interior. Mais tarde, foi construído pelo município um poço na Quinta do Outeiro, também designado *Poço Novo*.

As dificuldades no abastecimento obrigavam os moradores à compra de água, quer aos aguadeiros que a transportavam em barris nas suas carroças, quer recorrendo às quintas vizinhas onde existiam poços de água potável.

Seria apenas a partir da década de 1930, que se procederia à instalação de infra-estruturas básicas de saneamento e de redes de distribuição e abastecimento público de água.

As ruas desta vila acham-se num tal estado de infecção e obstrução pelos entulhos das obras em que se está procedendo nos vários prédios, que se tornam nuns pontos, intransitáveis, e noutros aonde são deitados os dejectos e águas impregnadas de todos os resíduos ca-

seiros a exalar um tal cheiro a sulfídrico nauseabundo que é preciso tapar o nariz, e a gente arregaçar-se para passar.

Sul do Tejo. Seixal: [s.n.], 23-11-1901, p. 1

As ruas desta vila [Seixal] estão porquíssimas e os candeeiros de iluminação pública só se acendem tarde e a más horas.

A Luta. Lisboa: [s.n.], 17-09-1910, p. 2

Em 1880, a Autarquia encomendou à firma Arsellos & Filhos – com fábrica de fundição de ferro na antiga Rua Direita do Poço – o fornecimento de 36 candeeiros a petróleo necessários à iluminação da vila.

Procurando difundir um melhoramento de reconhecida necessidade pública, em 1898, foram instalados na antiga vila do Seixal candeeiros a bicos de gás fornecidos pela Companhia de Gás de Lisboa.

Em 1923, a iluminação pública das ruas e praças das povoações no território concelhio era ainda realizada através de candeeiros de petróleo ou a gás.

4. A população no Concelho do Seixal em 1911

FREGUESIAS / PARÓQUIAS	N.º de fogos	Total da população	Homens	Mulheres	Naturais do Concelho	Naturais de outros concelhos do Distrito	De qualquer outra naturalidade	Estrangeiros
ALDEIA DE PAIO PIRES N.ª Sr.ª da Anunciação	272	1120	617	503	810	112	192	6
AMORA N.ª Sr.ª do Monte Sião	603	2480	1333	1147	1435	584	389	72
ARRENTELA N.ª Sr.ª da Consolação	454	1998	1049	949	1364	246	376	12
SEIXAL N.ª Sr.ª da Conceição	637	2877	1504	1373	1798	524	491	64

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911: 5º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

Em 1911, na antiga vila do Seixal residiam 2877 pessoas, sendo 1798 naturais do Concelho, 1015 pessoas provenientes de outras localidades e 64 estrangeiros.

A actividade industrial em desenvolvimento tinha favorecido a criação de uma comunidade estrangeira no Concelho, constituída em 1911 por 154 pessoas (82 homens e 72 mulheres) e distribuída pelas seguintes nacionalidades: 92 espanhóis, 3 brasileiros, 16 franceses, 38 alemães, 2 italianos e 3 de outras nacionalidades.

Os 523 fogos (ou seja, casas ou locais habitados por uma só família) referenciados na Freguesia do Seixal em 1890, passam para 561 em 1900 e, em 1911, ascendem a 637. A população em crescimento foi-se concentrando no velho tecido urbano, caracterizado por ruas estreitas, travessas e algumas praças, beneficiando da construção de sucessivos aterros que possibilitaram, sobretudo, a melhoria dos acessos viários e fluviais.

A partir da década de 1920 foram-se urbanizando de uma forma sistematizada terrenos dos arrabaldes da antiga vila, junto ao cemitério e às instalações da fábrica de cortiça da empresa C. G. Wicander, o *Bairro Novo*, também designado por “*bairro operário*”.

Na antiga vila do Seixal, as casas habitadas por pescadores e operários (estes seriam os grupos profissionais predominantes) tinham 3 a 4 pequenas divisões e as condições de salubridade eram, por via da regra, más, encontrando-se as habitações desprovidas de saneamento básico, água canalizada ou electricidade.

De acordo com o recenseamento da população efectuada em 1911, existiam 816 famílias no Concelho compostas por 5 pessoas ou mais, havendo por vezes o encargo de familiares sem ocupação remunerada (por exemplo, crianças, idosos, doentes, entre outros), que compartilhavam a casa.

5. As actividades económicas presentes no Concelho do Seixal

A economia local assentava, sobretudo, na exploração dos recursos flúvio-marítimos (pesca, ostricultura, salicultura e tráfego fluvial de pessoas e de mercadorias de

e para Lisboa), na agricultura e nas várias actividades fabris que, ao longo do século XIX e princípios do século XX, se foram instalando no território concelhio.



Praça dos Restauradores – Seixal. [1907?]. Reprodução de postal ilustrado (EMS.2001.00022.00000).
© EMS/CDI - Pb000384.

5.1. A agricultura

De acordo com o censo da população realizado, em 1900, cerca de 40% da população total do Concelho dedicava-se à agricultura. As principais culturas agrícolas eram a aveia, o feijão, o chícharo, o grão-de-bico, a lentilha e a ervilha, a fava, o tremçoço, o arroz e a batata. A produção cerealífera no Concelho era diminuta devido à má qualidade do terreno, impróprio para a cultura de cereais, não se conseguindo uma produção regular, a não ser no caso da cultura do milho, que tinha como objectivo a conservação das vinhas.

As doenças nos vinhedos provocadas pelo oídio e, mais tarde, pela filoxera (esta última fez-se sentir no Concelho na década de 1890), provocaram um considerável decréscimo da produção de uvas e a consequente quebra na produção de vinho.

5.2. A pesca

Acabam de chegar a esta vila todos os barcos que em número de 16 são tripulados por perto de 400 homens. Mais uma vez [os pescadores do Seixal] vêm convencidos de que a sua classe está condenada a desaparecer e sobretudo [com]penetrados da miséria que os espera.

Os vapores de pesca têm estragado todo o peixe que existe no mar e o pouco que estes pobres desgraçados conseguem apanhar esse mesmo não tem valor na Ribeira, porque os ricos, os capitalistas opõem-se à sua venda impingindo para consumo o peixe dos seus vapores que em maioria vem podre.

É agora ocasião oportuna de perguntar aos homens da monarquia, que tão «dignamente» têm dirigido este malfadado concelho o que pretendem fazer para atenuar quanto antes a fome que se aproxima daqueles que tantas vezes têm sacrificado os seus interesses para os elevarem às cadeiras do poder, esses políticos que tantas e tantas vezes têm prometido coisas várias em vésperas de eleições e que a tudo têm faltado.

O que é certo é que nem os pescadores, nem o comércio desta vila podem continuar com este estado de coisas. A situação é desgraçada, a fome alastra-se, e por isso têm infalivelmente de protestar.

O Mundo. Lisboa: [s.n.], 24-09-1906, p. 2.

Contudo, no inquérito realizado à Associação da Classe Piscatória do Seixal, em 1909, considerava-se que os protestos e as greves realizados nesta classe eram raros. Em 1909, os sócios da Associação da Classe Piscatória do Seixal eram em número de 300 e utilizavam a arte de *tartaranha* com redes de arrasto puxadas por botes à vela pescando o chamado peixe do “alto”, e a arte de *tarrafa* para a pesca da sardinha, ambas praticadas fora da barra de Lisboa.

Nos últimos cinco anos, a classe fora afectada pela actividade de barcos a vapor de arrasto, na sua maioria estrangeiros, que tinham permissão para pescar nas águas portuguesas.

O censo de população de 1911 refere a existência, na Freguesia do Seixal, de uma população marítima de 32 pessoas, trabalhando em 12 embarcações portuguesas. O grupo de marítimos era constituído por 30 homens e duas mulheres (apenas 3 deles eram naturais do Concelho).

Nas embarcações, os pescadores não tinham um horário de trabalho fixo. Enquanto havia peixe, pescava-se. O pessoal dos cercos podia conservar-se no mar 12 ou mais dias consecutivos.

5.3. A indústria

No começo do século XX, o sector industrial ocupava cerca de 29,7% da população do Concelho. Para além da moagem a vapor e de descasque de arroz em Amora, pequenas moagens trabalharam nos vários moinhos de maré existentes no Concelho. Funcionavam ainda estaleiros de construção e reparação de embarcações, fábricas de conservas, de curtumes, de vidros, de lanifícios, de sabão, de cortiça, de pólvora, entre outras –, numa estreita relação com o rio e com o porto de Lisboa.

Entre as unidades fabris que surgiram a partir da segunda metade do século XIX, destacamos a Companhia de Lanifícios de Arrentela (1862), as Fábricas de Garrafas de Vidros de Amora (1888), e a Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, em Corroios (1895).

Pequenas unidades corticeiras estão referenciadas no Concelho desde 1897. Alguns anos mais tarde, duas empresas, a L. Mundet & Sons em 1905 (com uma segunda fábrica em Amora, a partir de 1917), e a C.G. Wicander, por volta de 1912, empregavam centenas de operários.



Perspectiva da fábrica de garrafas de vidro, em Amora. Reprodução de catálogo da Empresa da Fábrica de Vidros nas Lobatas. Amora. Lisboa: Tip. “A Editora”, 1908.

© EMS/CDI - Pb011395.

A indústria em desenvolvimento atrai, ao longo das primeiras décadas do século XX, um crescente afluxo de população à antiga vila – de 2258 habitantes em 1900, sobe para 2877 em 1911, e ascende a 3307 em 1920 –, motivado pelo desenvolvimento económico e pela expansão das unidades fabris no Concelho, que alteraram o quotidiano do Seixal.

6. As condições de trabalho

Avaliação do trabalho de empreitada na indústria corticeira na margem Sul, em 1909:

Raspar, 20 réis os 15 kilogramas; facear e calibrar para exportação, 20 réis os 15 kilogramas [...]; enfeixar, 20 a 30 réis cada fardo; 40 a 50 réis, prensar [...]; quadrar manualmente, 160 a 300 réis o milheiro; mecanicamente, 50 a 100 réis o milheiro; fazer rolhas manualmente, 300 a 500 réis; pela máquina, 80 a 120 réis.

SIMÕES, J. Oliveira – “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionário da Repartição de Trabalho”. *Boletim Propriedade Industrial*. N.º 49. Lisboa: Imp. Nacional, 1910.

O salário dos pescadores era estabelecido pelo uso de “*compartilha*”, ou seja, a importância da pesca que apanhavam era repartida em partes iguais, cabendo 4 partes ao dono da embarcação e uma a cada tripulante. Calcula-se que o pescador, em média, ganhasse cerca de 500 réis por dia, recebendo ainda o peixe necessário à sua alimentação.

No caso dos operários, o salário dependia da área geográfica onde o estabelecimento fabril se encontrava inserido e era regulado pelo praticado nas outras unidades industriais.

Os operários da indústria corticeira trabalhavam “*de jornal*” (por dia) ou de empreitada.

Contudo, o valor do trabalho ficava à consideração da entidade patronal, que podia decidir mantê-lo ou alterá-lo de acordo com os seus interesses.

Na primeira semana [de trabalho] pagaram-lhes 800 réis cada cento de garrafas manufacturadas, na segunda 700 réis e, diminuição em diminuição, chegou ao preço de 360 réis.

O Século. Lisboa: [s.n.], 26-09-1910, p.2

Restavam aos operários formas de protesto que, habitualmente, culminavam na ameaça de paralisação do trabalho: a greve.



Grupo de trabalhadores da fábrica de garrafas de vidro, em Amora. Reprodução de catálogo da Empresa da Fábrica de Vidros nas Lobatas. Amora. Lisboa: Tip. "A Editora", 1908.
© EMS/CDI - Pb011405.

Os menores, ajudantes ou aprendizes – indivíduos do sexo masculino até à idade de 16 anos, e do sexo feminino até aos 21 anos –, encontravam-se sujeitos ao mesmo regime e condições de trabalho, mas por um salário inferior.

O trabalho infantil aumentava os recursos familiares. Os aprendizes começavam a trabalhar com idades entre os 10 e os 14 anos, com um salário diminuto, que ia subindo à medida que se tornavam mais aptos.

Os menores eram recrutados para a aprendizagem do processo manual de fabrico de rolhas, onde, para um perfeito aproveitamento da matéria-prima, tinham de aprender desde muito pequenos a manusear a faca corticeira bem afiada para talhar a cortiça.

De acordo com inquérito realizado em 1909, no concelho do Seixal, os operários e pescadores pagavam rendas de casa que podiam ir de 1\$500 a 2\$000 réis por mês. Calcula-se ainda que, em 1909, o custo de vida de uma família operária seria de 200 réis por pessoa, pelo que, deduzida a despesa da renda de casa, pouco sobrava para a alimentação, o vestuário, o calçado e demais necessidades da família.

Custo dos principais géneros alimentícios praticados na margem Sul, em 1909:

Carne 300 réis; bacalhau 200, 220, 240 réis, etc.; peixe fresco 120 a 200 réis o kilograma; batatas 40 a 50 réis o kilograma; açúcar 220, 240 réis, etc.; pão ordinário 90 réis; arroz 120 a 140 réis o kilograma, grão 100, 120 réis, etc.; massa 160 réis; carne de porco 400 réis; feijão 80, 100, 126 réis, etc.

SIMÕES, J. Oliveira – “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionário da Repartição de Trabalho”. *Boletim Propriedade Industrial*. N.º 49. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

Valor aproximado:

- 1 escudo equivale a cerca de mil réis;
- 1 euro equivale a cerca de 200 escudos .

Em termos de horários, os operários trabalhavam de 9 a 11 horas diárias, segundo as estações do ano, ou ainda mais horas quando faziam serão. Disponham de um hora para almoço e outra para jantar (estes horários eram aplicados a homens, mulheres e menores). O domingo era habitualmente reservado ao descanso semanal.

A falta de precauções e o emprego de menores no trabalho mecânico resultava em acidentes nas oficinas.

Devido à má nutrição e à falta de higiene nas oficinas, alguns operários acabavam por sofrer de anemia, tuberculose ou suberose (doença provocada pelo ambiente de poeiras de cortiça produzidas nas oficinas).

As pessoas trabalhavam enquanto podiam, em média até aos 55 anos de idade, visto nem o Estado nem a iniciativa particular protegerem a velhice ou as limitações físicas. Como o trabalho exigia robustez física, o trabalhador debilitado pelos anos ou pela doença só tinha como recurso o amparo da família ou a esmola pública.

7. A difusão do republicanismo no concelho do Seixal

No final do século XIX, vivia-se um descontentamento crescente no país em relação à profunda crise económica e financeira sentida em Portugal, com repercussão na contracção dos negócios, encerramento de empresas, desemprego e aumento da emigração.

D. Carlos, rei, artista, apaixonado pela oceanografia e homem culto, era acusado, bem como a família real, de gastar muito dinheiro em viagens, banquetes, divertimentos e outras extravagâncias, sem se preocupar com os problemas do reino, nem defender os interesses de Portugal perante países estrangeiros.

Foi neste contexto que se formou, em 1876, o Partido Republicano Português, que defendia que o país devia ser governado por um presidente, eleito pelo povo para um mandato de alguns anos.

Alguns acontecimentos, como a cedência do rei D. Carlos ao Ultimato Inglês (1890), o qual exigia a retirada das tropas portuguesas dos territórios entre Angola e Moçambique, causaram a insatisfação popular e fizeram aumentar o número de simpatizantes do Partido Republicano.

Em 1908, no Terreiro do Paço, em Lisboa, foram assassinados o rei D. Carlos e o príncipe D. Luís Filipe. Sucedeu-lhe o seu filho mais novo, o rei D. Manuel II (com apenas

19 anos de idade), que, dada a sua inexperiência num cargo para o qual não tinha sido preparado, não conseguiu resolver os problemas do país.

Perante o agravamento da crise financeira, a instabilidade política que sucedeu ao regicídio (1908) e o sucesso das vitórias eleitorais republicanas, os congressos do Partido Republicano realizados em Setúbal (1909) e no Porto (1910) deram um grande impulso ao movimento revolucionário.

Na Margem Sul do Estuário do Tejo, a progressiva industrialização, o acentuado crescimento demográfico, alguma alfabetização e a proximidade de Lisboa, propiciaram a expansão do Partido Republicano Português.

7.1. A popularização dos princípios republicanos

A difusão dos ideais republicanos fortaleceu-se através da realização de numerosos comícios em diversas cidades e vilas do país. Nos últimos anos da Monarquia, vários republicanos vieram à antiga vila do Seixal fazer a propaganda política e cívica das novas instituições. Aqui estiveram, entre outros, vultos políticos conhecidos, como Manuel de Arriaga, António José de Almeida, Miguel Bombarda, Brito Camacho e Eusébio Leão.

Entre as figuras republicanas locais mais empenhadas e com actividade no concelho do Seixal, destacamos António Augusto Louro, Alfredo dos Reis Silveira, Joaquim dos Santos Boga e Eduardo Martins de Figueiredo, personalidades que integraram a elite cultural e republicana local, constituída sobretudo por proprietários agrícolas, industriais e outros elementos pertencentes a profissões liberais.

Na farmácia de António Augusto Louro, no centro do Seixal (onde actualmente se encontra localizada a Farmácia Godinho), foram visitas frequentes ilustres republicanos, como Afonso Costa, António José de Almeida, Manuel de Arriaga, Miguel Bombarda, Brito Camacho e Luz de Almeida, que ali promoveram diversas reuniões e debates políticos.

Em termos da organização e implantação do Partido Republicano Português, no território concelhio do Seixal foi criada, em 1906, uma Comissão Municipal Republicana (na altura da sua instalação presidida por Eduardo Martins Figueiredo, mais tarde substituído nas suas funções pelo farmacêutico da vila, António Augusto Louro) e um Centro Paroquial Republicano.



Comício republicano no Seixal, em 1908. Reprodução de postal ilustrado (EMS.2001.00024.00000).
© EMS/CDI - 09_AS730_00.

A Comissão Municipal Republicana estava sediada na Rua do Príncipe da Beira (actual Rua Cândido dos Reis), n.º 113 – 1.º, no Seixal, e actuava com o apoio da Comissão Distrital Republicana de Lisboa e de acordo com orientações do Directório do Partido Republicano.

Com a mudança de residência de António Augusto Louro para Alcanena, no final de 1908, a Comissão Municipal Republicana passou a ser presidida por José de Sousa Cipriano, antigo proprietário da Quinta dos Franceses, no Seixal.

Em 1908, foram instaladas comissões paroquiais republicanas nas freguesias de Amora, Aldeia de Paio Pires (presidida por Alfredo dos Reis Silveira) e Arrentela.

8. Da instrução ao exercício da cidadania

No princípio do século XX, a deficiente saúde pública e o analfabetismo eram ainda problemas prementes no Concelho. Dos 8475 habitantes do concelho do Seixal em 1911, cerca de 60 % da população (isto é, 5082 habitantes) era composta por analfabetos.



Chegada ao Seixal de António José de Almeida, acompanhado de outros republicanos que iriam participar no comício realizado a 25 de Março de 1908. [Comícios republicanos] “Nos arredores de Lisboa”. *Ilustração Portuguesa*. II Série, N.º 111, 06-04-1908.

© Hemeroteca Municipal de Lisboa.

FREGUESIAS / PARÓQUIAS	Analfabetos		Sabem ler	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
ALDEIA DE PAIO PIRES N.ª Sr.ª da Anunciação	422	333	205	170
AMORA N.ª Sr.ª do Monte Sião	1054	952	279	195
ARRENTELA N.ª Sr.ª da Consolação	760	742	289	207
SEIXAL N.ª Sr.ª da Conceição	982	847	522	526

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911: 5º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

em nome do Imperador Guilherme, saudava as crianças e a pequena colónia ali estabelecida.

Intervenção do deputado republicano José Feio Terenas. Acta n.º 25 das sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 08-06-1908, p. 23.

A Associação dos Corticeiros do Seixal realiza no dia 1 de Agosto um passeio fluvial à Trafaria e Aldeia Galega [actual Montijo], revertendo o seu produto a favor do cofre da Associação, a fim de criar uma aula de instrução primária para adultos e menores.

O Corticeiro. Lisboa: [s.n.], 26-06-1909, p. 1.

O primeiro edifício a ser construído de raiz destinado ao ensino foi a Escola Conde de Ferreira (1866), no Seixal, obra de um benemérito que, ao falecer, legou parte da sua fortuna para construção de escolas primárias em todas as vilas que fossem sede de concelho. Para além desta, funcionavam nas várias freguesias do Concelho salas de instrução primária em casas particulares, na sua maioria destinadas a crianças do sexo masculino.

Em Outubro de 1908 foram inauguradas escolas para o sexo feminino nas freguesias de Amora e de Arrentela, até então inexistentes.

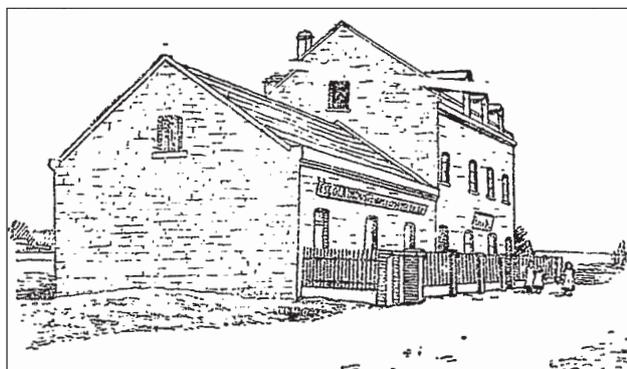
Verificaram-se algumas iniciativas particulares e locais que procuraram fomentar a instrução básica e combater o analfabetismo:

Há do lado de lá do Tejo uma fabrica de vidros: – a fábrica da Amora – servida por práticos alemães, que ali se estabelecem com suas famílias. É uma pequena colónia do império germânico. [...] Para seis ou oito crianças dessas famílias manda [o Governo Alemão] para Amora um professor, que as ensina e educa no sentimento da sua pátria, e para lhe afervorar o amor ao seu país.

Eu [...] tive ocasião de assistir a uma festa escolar de distribuição de recompensas aos alunos da escola alemã de instrução primária em Portugal, a que presidia o representante d’aquela império no nosso país que,

Os centros republicanos criaram escolas que ministravam os conhecimentos básicos, mas também a formação profissional e científica, através de aulas de ensino nocturno. No Concelho, foram criados o Centro Escolar Republicano Arrentelense e o Centro Escolar Democrático Feio Terenas, na Aldeia de Paio Pires, organizando assim escolas laicas, espaços de educação cívica e de formação para o exercício pleno da cidadania.

Contudo, e de acordo com a lei eleitoral então em vigor, tinham direito de voto todos os cidadãos portugueses (homens), recenseados, maiores de 21 anos, residentes em território nacional, que soubessem ler e escrever ou



Escola da fábrica de garrafas de vidro, em Amora.
Reprodução de *O Século*, 1897.
© Biblioteca Nacional de Portugal.

que pagassem quaisquer contribuições num valor não inferior a 500 réis, numa ou mais contribuições directas do Estado. Assim, para a maioria da população masculina, de poucos recursos financeiros, só era possível tornar-se eleitor apresentando no acto do recenseamento documento notarial comprovativo de que se sabia ler e escrever.

Apesar das alterações da lei eleitoral, em 1911 estavam recenseados no concelho do Seixal 1307 cidadãos, correspondendo somente a cerca de 29 % da população de sexo masculino.

O projecto político e ideológico republicano era também democrático e pretendia alargar o direito de participação eleitoral e cívica a todos os cidadãos, independentemente do seu poder económico.

Este universo alargado da cidadania activa pretendia abarcar de igual modo as camadas populares, de mais baixo nível de instrução e dominadas pela influência espiritual do catolicismo.

Através da instrução, o operário poderia dotar-se de melhores recursos, que lhe possibilitassem não só ascender profissional e economicamente, mas também a educação cívica.

Apesar do reconhecimento do mérito de mulheres que, ao longo das primeiras décadas, lutaram quer pela implantação da República, quer pelas reivindicações de igualdade de direitos civis e políticos, a lei eleitoral de 1911 continuou a não reconhecer o direito de voto às mulheres, mas apenas a “*cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família*”.

Para além da fundação de escolas, a dinâmica propagandística republicana foi constituída por actividades que alcançavam maior divulgação e que pretendiam aproximar-se das vivências culturais dos estratos de população de baixo rendimento económico e nível de instrução, apelando à participação activa da assistência às actividades recreativas que promoviam.

Assim, foi frequente que comícios e outras sessões de propaganda terminassem com baile, saraus literários ou musicais, récitas ou passeios.

Realiza-se no dia 9 de Outubro, nas salas do Centro Eleitoral Escolar Democrático Feio Terenas [em Al-

deia de Paio Pires], uma sessão de propaganda republicana em que farão uso da palavra os senhores Galileu Correia, Jaime Ferreira e outros.

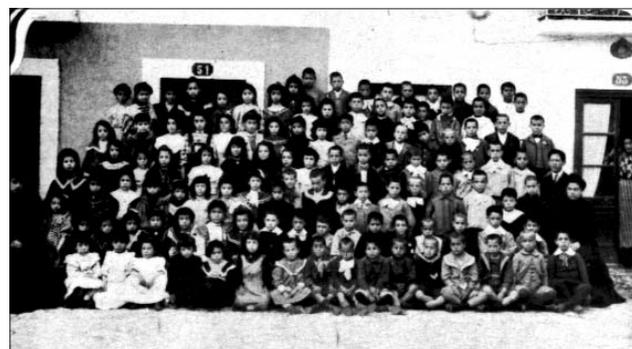
Seguir-se-á um baile para sócios e famílias abrilhantado pela Troupe de Bandolinistas Alegria Amorense.

O Século. Lisboa: [s.n.], 27-09-1910, p.5

Foram criados grupos musicais no seio dos grémios republicanos, com o objectivo de acompanhar musicalmente os eventos culturais do partido, que adquiriam assim um carácter festivo. No Concelho, na primeira década do século XX, foi criada a Tuna Republicana da Freguesia de Arrentela.

Em 1909, o Grupo Excursionista Teófilo Braga do Seixal promoveu passeios, nomeadamente excursões fluviais a Alcochete e a Arrentela.

Nestas ocasiões, os centros republicanos encontravam-se abertos à comunidade envolvente, procurando o reforço de laços de sociabilidade entre as agremiações republicanas e a população.



Grupo de crianças do Concelho que participou na Festa da Árvore que se realizou pela primeira vez no Seixal, em 1907. Esta iniciativa, promovida pela Liga Nacional de Instrução, contou com alguns dos principais republicanos locais na comissão de organização. *Ilustração Portuguesa*. II Série, n.º 68, 10-06-1907.

© Hemeroteca Municipal de Lisboa.

9. As greves operárias e o movimento associativo em vésperas da revolução

No Concelho, os baixos salários, as precárias condições de trabalho e o desprezo das entidades patronais pela legislação que regulava o trabalho de mulheres e menores nas fábricas (1891), deram origem a vários conflitos laborais durante o primeiro decénio do século XX:

[Existe no Seixal] *Uma fábrica para fabricação de ro-lhas e preparação de cortiça em bruto para exportação. Nesta fábrica a exploração sobre o operariado é enorme, nos dias grandes ou seja de Verão ainda se trabalhava 10 horas, hoje porém, sendo os dias muitís-simos mais pequenos, o horário aumentou.*

Com respeito a salários, tem sucedido o contrário, em quanto as horas de trabalho aumentam, os salários diminuíram.

Há crianças de 10 e 12 anos que ganham 100 réis dia, causa comiseração como se lhes arranca a pele e sobre tudo é rara a semana que estas pobres crianças não se queixam de que lhes dão dinheiro a menos nas férias. Estas crianças estão coibidas de reclamarem depois desses enganos, porque são logo ameaçadas de despedimento. [...]

O Mundo. Lisboa: [s.n.], 27-09-1906, p. 2.



Grupo de operários da prancha na fábrica corticeira Mundet, no Seixal (1920?).

© Imagem cedida por Anália Valente (EMS.2000.00508.00000).

Em reclamação por um aumento de salários, em 1909, cerca de 200 trabalhadores da Mundet (incluindo homens, mulheres e menores) entram pela primeira vez em greve, tendo a fábrica interrompido a laboração, que só foi reiniciada após o despedimento de três trabalhadores que terão liderado a organização do movimento associativo desta classe no Seixal.

Vivia-se então uma angustiada situação da indústria rolheira. Por um lado, as grandes quantidades de exportação da cortiça em bruto e, por outro lado, a mecanização desta indústria e o consequente despedimento do operariado masculino, substituído por mão-de-obra feminina com salários inferiores, prejudicavam a classe profissional e a exportação de rolha.

Esta situação, que tinha dado origem a movimentos de protesto e greves em 1907, em Évora, em 1908, em Vendas Novas e em Lisboa, e, por fim, em 1909, de novo em Lisboa e na margem Sul do Estuário do Tejo, vai agudizar-se nas vésperas da implantação da República.

As condições de trabalho e os baixos salários levaram ao movimento de protesto de outras classes profissionais, nomeadamente a dos vidreiros de Amora.

Em 1908, na sequência da crise vinícola e encontrando-se a fábrica da Empresa da Fábrica de Vidros nas Lobatas, na Quinta do mesmo nome na Amora, com excessivos *stocks* e pequenas vendas, a empresa decidiu encerrá-la temporariamente, lançando muitos operários no desemprego, o que ocasionou uma greve de trabalhadores. Em 1909, fez-se a fusão das duas empresas numa nova firma – a Companhia das Fábricas de Garrafas da Amora – que, por esta altura, empregava cerca de 700 trabalhadores.

Nesse mesmo ano, devido à redução de salários que de-pauperava as condições económicas dos trabalhadores, entraram em greve os garrafeiros da fábrica da Empresa Vidreira Lisbonense, em Braço de Prata, Lisboa. Os operários vidreiros das fábricas Gaivotas (em Alcântara) e da Amora expressaram a sua solidariedade, prestando aos grevistas algum apoio material.

Dada a falta de pessoal na fábrica de Braço de Prata, Adolfo Burnay, director técnico e sócio quer da Companhia das Fábricas de Garrafas de Amora, quer da Empresa Vidreira Lisbonense...

Obrigou, sob pena de os despedir, cinco garrafeiros e cinco ajudantes, que trabalhavam na Amora, a irem trabalhar para Braço de Prata, bem contra a vontade destes operários que em Amora estavam ganhando mais e viviam com muito menos despesa.

O Século. Lisboa: [s.n.], 1-10-1910, p. 2.

Os operários corticeiros, um pouco por todo o país (incluindo os do Seixal), continuavam em greve, num movimento de protesto que paralisou a indústria em Setembro de 1910. Este movimento em defesa do trabalho não foi isolado, estendendo-se aos vidreiros e aos tanoeiros (não só na região do Porto, mas também em Lisboa e arredores), abarcando o comércio local, operários de outras classes profissionais e descarregadores dos camións-de-ferro que, secundando o movimento grevista, encerraram portas e abandonaram o trabalho.



“Reivindicações operárias”. *Ilustração Portuguesa.*

II Série, n.º 242, 10-10-1910, pp. 452-454.

© Hemeroteca Municipal de Lisboa.

A par destes movimentos, que paralisaram cerca de 12 000 operários, surgiram reivindicações contra a carestia de vida e o agravamento da pressão fiscal por parte das camadas mais pobres da população.

O Partido Republicano Português pôde assim tirar proveito de toda esta agitação social. Nos seus comícios, insurge-se contra o regime monárquico, causador da degradação das condições de vida e de trabalho dos operários, e apela à solidariedade humana.

Os republicanos procuraram divulgar as vantagens do sistema associativo e de cooperação de consumo, para fazer face às dificuldades económicas da população e minorar a carestia dos produtos.

Na sequência da organização do movimento operário, vai-se consolidar a sua organização de classe, dando assim início, em 1910, à constituição quer da Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal (filiada na Federação Nacional Corticeira, fundada em 1909), quer da secção da Associação de Classe dos Operários Vidreiros na Amora.

Às associações de classe competirá um importante papel na luta pela melhoria das condições de trabalho e de salários e pela regulamentação de horários. Contudo, só em 1911 foi publicado o primeiro regulamento das 8 horas de trabalho diário.

Foram ainda criadas no concelho do Seixal sociedades de consumo, com o objectivo principal de fornecer aos sócios os géneros de primeira necessidade a um preço módico:

- Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Amorense, Lda., de 16 de Julho de 1897.
- Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Honra e Trabalho Arrentelense, Lda., de 12 de Maio de 1898.
- Sociedade Cooperativa Operária de Consumo 31 de Janeiro de 1911, em Seixal.

A designação desta última poderá também ter sido uma homenagem à revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, que ocorreu na cidade do Porto na sequência e como reacção ao Ultimato inglês.

Embora esta rebelião tenha fracassado, deu novo alento ao Partido Republicano.

10. As lutas eleitorais: a esperança da renovação política pelo voto

Nas eleições legislativas de 5 de Abril de 1908, o Partido Republicano tinha feito eleger sete deputados e, a 1 de Novembro do mesmo ano, ganhou a maior câmara municipal do país – Lisboa –, elegendo todos os vereadores. Destas eleições resultaram outros municípios com vereações completamente republicanas: Alcochete, Aldeia Galega (actual Montijo) e Moita.

Figuras republicanas de primeiro plano continuaram a visitar o Seixal, prosseguindo na difusão do novo ideal e preparando os eleitores para as eleições municipais de 1 de Novembro de 1908.

O Partido Republicano procurou desenvolver uma função cívica, incentivando a população a recensear-se, e disponibilizando os seus centros para os cidadãos poderem proceder ao recenseamento e consultar as listas eleitorais.

Tendo o Partido Republicano resolvido concorrer às eleições municipais de 1 de Novembro de 1908, fez distribuir pela população um manifesto convidando os eleitores a votarem na lista republicana concelhia.

A lista republicana no concelho do Seixal:

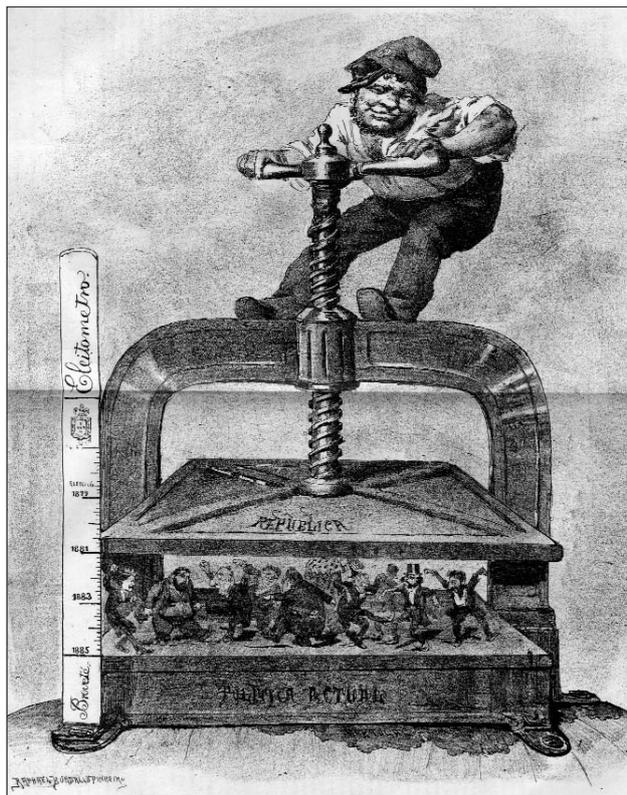
Efectivos:

- António d’Almeida Rei, proprietário em Aldeia de Paio Pires;
- Manuel Ascensão, logista em Arrentela;
- João António de Figueiredo, proprietário em Seixal;
- José de Sousa Cypriano, proprietário em Seixal;
- António Augusto Louro, farmacêutico em Seixal.

Substitutos:

- Caetano António Amora, proprietário em Torre da Marinha;
- Francisco dos Santos Moraes, moleiro do moinho de Zé Motto;
- Carlos Fernandes, proprietário em Foros de Amora;
- Manuel Dias, barbeiro em Arrentela;
- João Henrique da Silva, serralheiro em Seixal.

A Luta. Lisboa: [s.n.], 20-10-1908, p. 2



Alusão ao aumento da votação republicana em Lisboa nas eleições de 1881, em que o PRP alcançou quase 30% dos votos. Satirizando a situação, Rafael Bordalo Pinheiro coloca o Zé-Povinho a accionar a “prensa” da República para esmagar os principais representantes políticos. O rei está representado com a coroa na mão, mas já sem cabeça. Caricatura de Bordalo Pinheiro “O movimento eleitoral”. *O António Maria*. N.º 128, 10-11-1881, pp. 356-357.

© Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No dia do acto eleitoral, visitaram a Comissão Municipal Republicana do Seixal Bernardino Machado e Afonso Costa.

Nestas eleições municipais venceu a lista monárquica, com 622 votos, contra 118 votos apurados pelos republicanos. A maioria monárquica terá sido obtida nas fábricas de Garrafas de Vidros de Amora e na de Lanifícios de Arrentela.

Como medida de represália por terem votado na lista republicana, no mesmo dia foram expulsos dois operários da Fábrica de Garrafas de Vidro de Amora, por serem membros da Comissão Paroquial Republicana daquela freguesia.

Nas eleições municipais de 28 de Agosto de 1910, no território que corresponde actualmente ao distrito de Setúbal, os candidatos republicanos venceram nos concelhos de Alcochete, Aldeia Galega, Barreiro, Grândola, Moita e Santiago do Cacém, enquanto os candidatos monárquicos triunfaram nos concelhos de Alcácer do Sal, Almada, Sesimbra, Seixal e Setúbal.

No centro republicano desta vila realizou-se uma manifestação imponente, de regozijo pelo triunfo eleitoral republicano no círculo de Setúbal. A fachada do prédio onde está instalado o centro, apresenta-se lindamente iluminado a acetileno. Uma girândola de foguetes anunciou a abertura de sessão de propaganda, à qual presidiu o Sr. Manuel Estoupa. Depois do presidente falaram os Srs. Silvério, da comissão municipal, Santos Boga e Martins de Figueiredo. No final foram levantados muitos vivas aos deputados republicanos, ao directório e ao povo de Lisboa.

O Século. Lisboa: [s.n.], 1-09-1910, p.2

11. A revolução republicana na margem Sul

O novo Directório eleito em Setúbal (1909) dera ao Partido o mandato de “*pôr a revolução na rua*”, passando a delinear-se secretamente a sua organização. Operou-se uma mudança na atitude dos republicanos em relação ao regime monárquico, pois estes passaram a adoptar acções de maior violência e conflito, tendo para tal o Partido Republicano articulado esforços com a Maçonaria e a Carbonária (sociedades secretas).

Em termos gerais, sabe-se que nas sociedades secretas militava grande número de republicanos, e que muitas das figuras republicanas mais influentes na organização militar e civil da revolução, ou se encontravam filiados numa, ou em ambas as organizações secretas.

Em 1905 funcionava no Seixal o Triângulo n.º 62 (ou seja, a mais pequena célula-base independente da sociedade secreta maçónica, possuindo no mínimo três mestres). Mais tarde, a Oriente do Seixal foi transformada em Loja Maçónica, a Loja Elias Garcia II, n.º 264, do Rito Francês –, que deteria pelo menos 7 mestres, com filial na Aldeia Galega.

A Loja Elias Garcia II manteve-se activa até 1913, ano em que “*abateu colunas*”.

Existem ainda registos do Triângulo Feio Terenas, no Seixal, que teve como fundadores António Augusto Louro (Venerável da Loja Elias Garcia II, filiado também na Carbonária), Eduardo Martins Figueiredo, José Xavier Santos, Alfredo dos Reis Silveira, José Maria Folque de Castro e Augusto Alves Dinis.

Podemos considerar que estes, entre outros órgãos das sociedades secretas maçónica e carbonária existentes no país, estiveram envolvidas nos trabalhos de preparação da revolução, apoiando a criação da Comissão de Resistência, a 14 de Junho de 1910. Uma Junta Revolucionária elaborou o plano militar de insurreição, competindo-lhe ainda superintender todos os trabalhos, articulando e coordenando os esforços da Maçonaria, da Carbonária e do Directório do Partido Republicano Português. No processo revolucionário então delineado, pertencia a Miguel Bombarda a chefia civil das operações e a Cândido dos Reis a chefia militar da revolução.

As sociedades secretas estiveram na base de toda a organização revolucionária, competindo especialmente à Carbonária a promoção de uma propaganda activa e de aliciamento entre os elementos civis e militares.

Havia de ser difícil fazer qualquer movimento sem [a Carbonária]: o exército e a marinha tinham sido todos aliciados por ela [...]. O elemento civil era quasi todo carbonário ou estava ligado, sem o saber, aos carbonários.

Machado Santos - *A revolução portuguesa, 1907-1910: relatório*. Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty, 1911, p. 54.

A Comissão de Resistência da Maçonaria elaborou o plano para a acção civil, que consistia, sobretudo, no apoio de grupos civis aos revoltosos, através do levantamento de barricadas nas ruas, assalto a paíóis de munições, ou acompanhamento aos assaltos dos quartéis do Exército e da Marinha.

Os revolucionários sublevaram os quartéis em Campo de Ourique, Campolide e Alcântara, e ocuparam as terras do Parque Eduardo VII e a Rotunda [actual Praça Marquês de Pombal], em Lisboa, que se tornou palco de confrontos.

A partir do rio Tejo, a cidade estava controlada pelos marinheiros do Quartel de Alcântara e pelo fogo dos barcos de guerra que bombardearam o Palácio das Necessidades (residência do rei) e dominaram a baixa de

Lisboa, onde se concentrava grande parte das forças que apoiavam o rei.

Comités locais de resistência republicana, subordinados a comités superiores, tinham ordens para sublevar as povoações no mesmo dia e hora em que a revolução começasse em Lisboa, ou seja à uma hora do dia 4 de Outubro.

Conforme o plano do comissário naval Machado Santos, os republicanos do Barreiro apoderaram-se dos barcos a vapor da carreira, cortaram as ligações com Lisboa e vigiaram a beira-mar. Interromperam-se as comunicações dos telégrafos e dos telefones, cortando os postes e os fios destes.

Como planeado, indivíduos da Moita e de localidades próximas de combinação com elementos do estabelecimento militar, assaltaram a Escola de Torpedos de Vale de Zebro, onde estavam guardadas 2000 armas e 100 mil cartuchos. Duas horas depois de iniciada a revolução, desembarcaram no Terreiro do Paço - Lisboa, vindas do Zebro, as armas e munições para armar os populares.

Contudo, em Lisboa, o desânimo e a aparente derrota face à oposição das forças apoiantes da Monarquia, levou alguns oficiais e civis, julgando tudo perdido, a deixar à pressa o campo entrincheirado da Rotunda, sobretudo após se saber do suicídio de Cândido dos Reis, chefe militar da revolução, ele próprio convencido da derrota e vencido pelo desalento.

A bandeira republicana já fora hasteada nalgumas povoações da margem esquerda do Tejo [...]. As comunicações da margem esquerda ficaram todas em poder dos revolucionários. A proclamação da República na madrugada de 4 deu um grande alento aos combatentes da Rotunda [em Lisboa].

Machado Santos - *A revolução portuguesa, 1907-1910: relatório*. Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty, 1911, p. 118.

A seguir ao município de Aldeia Galega, que proclamou a República às 23 horas do dia 3 de Outubro, o Seixal proclamou-a à uma hora da madrugada do dia 4. Seguiram-se o Barreiro e a Moita, Almada já pela manhã, e Loures e Alcochete na tarde do mesmo dia.

O facto de, a Norte do Tejo, Loures, e na margem Sul, Aldeia Galega, Seixal, Barreiro e Almada, se terem antecipado à capital na implantação da República, revelou-se importante no controlo das comunicações e dos transportes, e no isolamento de Lisboa, dissuadindo quaisquer tentativas de socorro à cidade por parte das tropas monárquicas vindas de outras regiões do país. Cerca das 9 horas da manhã do dia 5 de Outubro, foi proclamada a República por José Relvas, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

No dia seguinte ao da revolução

Decorreu com o maior brilho a festa da posse do município pela Junta Revolucionária. Serenada a impo-nente manifestação, feita à chegada da filarmónica União Seixalense aos paços do concelho, tomou a presidência a administrador [interino do Concelho], Sr. Joaquim Ferreira Pacheco que, após algumas palavras, enaltecendo a obra gigantesca da República em prol da Pátria e de recomendar prudência e respeito pelos adversários, referiu os nomes dos seguintes cidadãos que deverão compor a Câmara: Presidente, Alfredo Reis Silveira, industrial; vice-presidente, Eduardo Martins de Figueiredo, construtor naval; vogais: João António Reymão, comerciante; João Ignácio da Silveira, negociante; e José Manuel Dias, operário.

[...] Em seguida, os Srs. Reis Silveira e Ferreira Pacheco pronunciaram algumas sentidas palavras e a Filarmónica União Seixalense executou A Portuguesa, indo depois cumprimentar o Centro Republicano, Associação Piscatória e diferentes casas comerciais que ostentavam a bandeira da República, sendo sempre acompanhada de muito povo, que soltava entusiásticos vivas.

O Século. Lisboa: [s.n.], 12-10-1910, p.6



Retrato de Alfredo dos Reis Silveira, construtor naval e 1º presidente republicano da Câmara Municipal do Seixal.

© Imagem cedida por José Paulo Silveira Gonçalves.

12. Bibliografia de referência da exposição *O Seixal e a República*:

Periódicos

- A Luta*. Lisboa: [s.n.], 1908, 1910
O Corticeiro. Lisboa: [s.n.], 1909
O Mundo Lisboa: [s.n.], 1906
O Puritano. Almada: [s.n.], 1892, 1894, 1903
O Século. Lisboa: [s.n.], 1910
Seixalense. Seixal: [s.n.], 1902
Sul do Tejo. Seixal: [s.n.], 1901-1902

Bibliografia

- ALEXANDRA, Nair – “Adiantados à História”. *Revista Única*. 4-10-2008, pp. 68-72.
DIAS, Mário Balseiro – *O movimento republicano em Aldeia Galega do Ribatejo (1881-1910)*. [Texto policopiado]. Tese de mestrado em História Regional e Local, Dep. de História, Fac. de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2006.

GRANDE ORIENTE LUSITANO – *António Augusto Louro: um maçom há cem anos* [em linha] . [Lisboa]: Grémio Lusitano; Grande Oriente Lusitano, Maçonaria Portuguesa, 2007. [9] f.; 30 cm. (*Cadernos Maçónicos*). [Consult. 6 Set. 2010]. Disponível em URL:http://www.gremiolusitano.eu/museu/pdf/cadernos_maconicos1.pdf.

NABAIS, António – *História do concelho do Seixal*. 2ª ed. Seixal: Câmara Municipal, 1982.

PALAIIO, António Augusto Rodrigues – *Os presidentes da Câmara Municipal do Seixal. 1838/1974*. [s.l.: s.n.], 2003.

PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa – *Actas das sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. N.º 25. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911: 5º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

REBELO, Manuel de Oliveira – *Retalhos da minha terra. Monografia do concelho do Seixal*. 2ª ed., Seixal: Câmara Municipal, 1992.

RIBEIRO, Lia Sá Paulo – *A popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*. [Texto policopiado]. Tese de mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas, Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2003

SANTOS, António Maria A. Machado – *A revolução portuguesa, 1907-1910: relatório*. Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty, 1911.

SIMÕES, J. Oliveira – “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionário da Repartição de Trabalho”. *Boletim Propriedade Industrial*. N.º 49. Lisboa: Imprensa nacional, 1910.

EXPOSIÇÃO “O SEIXAL E A REPÚBLICA”

Projecto de Itinerância | 2010-2011

Texto de Apoio

